

**HABEAS CORPUS Nº 527.142 - TO (2019/0240721-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : **DANILO OLIVEIRA DOS SANTOS E OUTROS**  
**ADVOGADOS** : **DANILO OLIVEIRA DOS SANTOS - TO006393**  
                  **ZACARIAS JUNIOR RODRIGUES DA SILVA - TO006762**  
                  **SAMARA MOURÃO DOS SANTOS - TO006108**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
**PACIENTE** : **REINAN ROSA DE ANDRADE (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **REINAN ROSA DE ANDRADE**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Colhe-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006.

Neste *writ*, alega o impetrante ausência de fundamento válido para a prisão cautelar.

Afirma haver violação ao princípio da isonomia, porque dos 20 acusados presos nesta mesma operação, apenas o paciente permanece encarcerado.

Argumenta que, no julgamento do RHC 112.688/TO, esta Corte reconheceu a ilegalidade da prisão de um corréu, sendo necessária a extensão dos efeitos da referida decisão ao ora paciente.

Indica, ainda, que os argumentos usados para a manutenção da segregação cautelar não são corretos, pois o Juízo de primeiro grau afirma que o paciente responde a três processos penais distintos, mas as numerações citadas são todas referentes à ação penal ora em tela e, fora este procedimento, o paciente responde apenas a outro processo, que já está na fase final de execução penal.

Destaca, por fim, haver excesso de prazo na formação da culpa, uma vez que o paciente se encontra preso desde 2/11/2018, sem que tenha sido sequer realizado seu interrogatório.

Pleiteia a revogação da prisão preventiva ou o seu relaxamento.

O pedido liminar foi indeferido.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*.

**É o relatório.**

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

O juiz sentenciante manteve a prisão cautelar sob a seguinte motivação:

"Prescreve o art. 316, do Código de Processo Penal, que "o Juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo,

verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que justifiquem".

Analizando minuciosamente os autos, entendo que os autos revelam base empírica suficiente e idônea para neste momento - em juízo de mera prelibação - justificar a prisão cautelar do requerente como garantia da ordem pública.

Ademais, o Requerente já responde varias ações penais conforme consta da certidão acostada no Evento 29 dos autos 0000465-60.2019.827.2703 .

Sobre o tema, a jurisprudência majoritária dos Tribunais Superiores é no sentido: de que a reiteração delitiva configura fundamento idôneo para demonstrar a necessidade da custódia cautelar para se garantir a ordem pública, senão vejamos:

[...]

Ademais, é de se ressaltar que a custódia cautelar é perfeitamente admissível em nosso ordenamento jurídico, não consistindo em violação aos princípios constitucionais quando fundamentada em fatos concretos, qual seja, a contumaz violação da lei penal pelos investigados.

Por fim, o contexto fático explicitado revela a necessidade da segregação cautelar, conforme fundamentação supra e a insuficiência da substituição da prisão por outras medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Lado outro, o requerente não demonstrou qualquer modificação na situação fática que ensejou a prisão preventiva.

Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado por REINAN ROSA DE ANDRADE."

Do acórdão impugnado consta ainda:

[...] De acordo com as informações extraídas dos autos do procedimento Especial da Lei Antitóxicos nº 0000465-60.2019.827.2703, o paciente REINAN ROSA DE ANDRADE e seus comparsas ANTÔNIO FILHO ALVES OLIVEIRA, LUIS MOREIRA SOARES (ALCUNHA LUIS MOITA), GENERSON DE SOUSA LIMA (ALCUNHA GAGO), ENERSON MENDES DA ROCHA, JÚNIOR SANTOS REIS (ALCUNHA NEGUINHO DO GEDEON), JARDENILSON SILVA MARQUES DA CRUZ (ALCUNHA JÔBA), MARIA LÚCIA ARAÚJO DO NASCIMENTO, DAYANE DE ABREU SILVA, GEDEON NERES SIQUEIRA, ADÃO PEDROSO BALISA (ALCUNHA VELHO ADÃO), SIDNEY AGUIAR DOS REIS (ALCUNHA SID BAR), JULIO CESAR RODRIGUES PEREIRA, LUIZ DOS SANTOS LEAL (ALCUNHA LUIZ DO ARTESANATO), DANIELA GOMES DE OLIVEIRA, ADÃO VIEIRA DA LUZ E SIMEY DOMINGOS SILVA, agindo ajustados e em unidade de desígnios, associaram-se uns com os outros, estavelmente, para o fim de praticar, reiteradamente, crimes de tráfico de drogas, cujos delitos foram apurados mediante investigação minuciosa da polícia, utilizando como um dos instrumentos para desbaratar a associação criminosa interceptações das comunicações telefônicas.

Vale mencionar que, ainda segundo a inicial acusatória, cabia ao

paciente REINAN, dentre outras tarefas na associação criminosa, o armazenamento e a entrega de drogas, sendo que o mesmo recebia ligações do acusado GENERSON ou de terceiros, indo a um ponto combinado para a entrega da droga, utilizando-se para tanto de um veículo GOL, conforme fotos anexas em relatório policial, (evento 16, fl. 16). [...]"

De acordo com o art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.

No caso, observa-se que a custódia cautelar está suficientemente motivada na garantia da ordem pública, haja vista a reiterada conduta delitiva do agente e a gravidade do fato.

Segundo consta, o paciente seria integrante de associação criminosa, composta por mais de 16 corréus, voltada para a prática do tráfico de drogas. O acórdão impugnado consignou que "cabia ao paciente REINAN, dentre outras tarefas na associação criminosa, o armazenamento e a entrega de drogas, sendo que o mesmo recebia ligações do acusado GENERSON ou de terceiros, indo a um ponto combinado para a entrega da droga". (e-STJ, fl. 91)

Portanto, conforme posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, "a custódia cautelar visando a garantia da ordem pública legitima-se quando evidenciada a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa. Precedentes: HC 110.902, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJe de 03.05.13; HC 118.228, SEGUNDA TURMA, Relator o Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, DJ de 19.11.13; HC117.746, PRIMEIRA TURMA, de que fui Relator, DJ de 21.10.13; RHC 116.946, PRIMEIRA TURMA, Relator o Ministro DIAS TOFFOLI, DJ de 04.10.13" (RHC 122182, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 19/08/2014).

Ademais, o paciente já possui condenações em duas ações penais, pelos delitos de dano qualificado (execução penal n. 5000189-56.2010.827.2703) e de extorsão mediante sequestro e associação criminosa (execução penal n. 5000188-71.2010.827.2703). (e-STJ, fl. 71)

Dessarte, segundo jurisprudência desta Corte, "a persistência do agente na prática criminosa justifica, a priori, a interferência estatal com a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, porquanto esse comportamento revela uma periculosidade social e compromete a ordem pública" (RHC 118.027/AL, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019).

No mesmo sentido:

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. DENEGADA A ORDEM.**

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se

ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Conquanto não seja elevada a quantidade de droga apreendida, são idôneos os motivos apontados para justificar a prisão preventiva do paciente, por evidenciarem o risco de reiteração delitiva, visto que, cerca de trinta dias após haver sido beneficiado com a concessão de liberdade provisória, o acusado foi novamente preso em flagrante, pela suposta prática de delito de mesma natureza, e já registra condenação criminal na ação penal relativa a tais fatos, circunstância suficiente, nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, para a imposição da custódia provisória.

3. Por idênticas razões, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar o cometimento de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Denegada a ordem."

(HC 511.692/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 01/10/2019).

No mais, não há como acolher o pedido de extensão da ordem deferida ao corréu Adão Pedrozo Baliza no RHC 112.688/TO, por esta Corte.

Nos termos do art 580 do Código de Processo Penal, "no caso de concurso de agentes [...], a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros".

*In casu*, verifica-se que a segregação cautelar do paciente está fundamentada no risco de reiteração delitiva, uma vez que ele já ostenta condenações criminais anteriores, inclusive por crime cometido com violência ou grave ameaça (extorsão mediante sequestro).

Logo, na falta de identidade fático-processual entre o corréu beneficiado no RHC 112.688/TO e o ora paciente, não comporta provimento o pedido de extensão.

Confira:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. QUADRILHA OU BANDO. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO EM RELAÇÃO AO PACIENTE. PRETENDIDA EXTENSÃO DA ORDEM AOS CORRÉUS. FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA ILÍCITA DO BENEFICIADO COM A LIBERDADE PROVISÓRIA. PARTICIPAÇÃO DOS REQUERENTES DEVIDAMENTE DESCRITA NA DECISÃO QUE ORDENOU A CONSTRIÇÃO PROCESSUAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. INAPLICABILIDADE DO ART. 580 DO CPP. PEDIDOS INDEFERIDOS.

1. O artigo 580 do CPP permite que, na hipótese de concurso de agentes, a decisão judicial favorável proferida em favor de um acusado se estenda aos demais, desde que as situações fático-processuais sejam idênticas e não esteja a decisão beneficiadora fundada em motivos que sejam de caráter eminentemente pessoal.

2. Constatada a ausência de identidade fático-processual entre o

beneficiado da decisão proferida por esta Quinta Turma nos autos do presente *habeas corpus* e os ora requerentes, não há como se deferir a pretendida extensão do julgado.

3. Concedida a liberdade provisória para dois requerentes, resta prejudicada a pretensão formuladas em favor destes.

4. Pedidos de extensão formulados em favor de LUIS FERNANDO DAS NEVES e BRUNO HENRIQUE RAMOS indeferidos, julgando-se prejudicada a pretensão apresentada em prol dos requerentes TIAGO APARECIDO BENTO e ADRIANO DIAS CAETANO."

(PExt no HC 185.163/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 3/3/2015, DJe 23/3/2015)

"PEDIDO DE EXTENSÃO. *HABEAS CORPUS*. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-PROCESSUAL. NÃO APLICAÇÃO DO ART. 580 DO CPP. PEDIDO INDEFERIDO.

1. 'No caso de concurso de agentes [...], a decisão do recurso interposto por um dos réus, se fundado em motivos que não sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros' (art. 580 do CPP).

2. A própria fundamentação do voto que concedeu ordem de *habeas corpus* ao paciente, com efeitos extensivos a determinado corrêu, ressaltou, de forma peculiar e específica, que as condutas por eles praticadas não se amoldam ao crime de associação para o tráfico, pois destacadas do grupo organizado chefiado pelo ora requerente.

3. Pedido de extensão indeferido."

(PExt no HC 271.723/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 22/9/2015, DJe 30/9/2015)

Por fim, quanto à alegação de excesso de prazo, o Tribunal de origem assim se manifestou:

"No que diz respeito à alegação de excesso de prazo na formação da culpa, conforme entendimento lançado na decisão que indeferiu o pedido liminar, insta esclarecer que o andamento processual rege-se pelo princípio da razoabilidade (artigo 5º, inciso LXXVIII, CF), o qual logicamente deve ser harmonizado com outros princípios e valores constitucionalmente adotados no Direito Brasileiro, não podendo ser considerado de maneira isolada e descontextualizada do caso relacionado à lide penal que se instaurou a partir da prática do ilícito.

Assim, a razoabilidade deverá ser somada à proporcionalidade como critério de avaliação no suposto excesso de prazo na formação da culpa. Consigna-se, ainda, que a proporcionalidade é calculada com base na gravidade do delito, na pena a ele cominada e nas providências necessárias para a conclusão do processo criminal.

Ademais, é assente nas jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que há possibilidade de prorrogar os prazos processuais desde que devidamente fundamentado e pautado no parâmetro da razoabilidade. Neste sentido, colaciono o julgado a seguir:

[...]

Ao compulsar os autos originários, observo que o Inquérito Policial teve início em 06/09/2018 e tramitou normalmente, sendo que a suposta demora ou até mesmo extrapolação no prazo para sua conclusão faz-se emoldurada por atos decorrentes do trâmite normal do processo, como expedição de cartas precatórias e por de se tratar de investigação que possui vários réus.

Verifico que a denúncia foi oferecida em 11 de março de 2019, dando início à ação penal. Além disso, já houve a realização de audiência de instrução, momento em que foram ouvidas as testemunhas de acusação/defesa e, ainda, indeferido o pedido de revogação da prisão preventiva do Paciente."

Segundo orientação dos Tribunais Superiores, a análise do excesso de prazo na instrução criminal será feita à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser consideradas as particularidades do caso concreto, a atuação das partes e a forma de condução do feito pelo Estado-juiz. Dessa forma, a mera extrapolação dos prazos processuais legalmente previstos não acarreta automaticamente o relaxamento da segregação cautelar do acusado.

Na hipótese, observa-se que o paciente foi preso cautelarmente em 2/11/2018. Conforme informações prestadas pelo Juiz de primeiro grau, verifica-se que a audiência de instrução já foi realizada em 2/7/2019 e, atualmente, os autos aguardam o retorno de cartas precatórias expedidas para oitiva de algumas testemunhas para que se proceda, então, ao interrogatório dos acusados.

Sob tal contexto, não há se falar, **por ora**, em manifesto constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na instrução criminal, haja vista a complexidade do feito, que reúne 17 réus, com quebras de sigilos telefônicos, tendo sido necessária, ainda, a expedição de pluralidade de cartas precatórias para oitiva de testemunhas.

No mesmo sentido, os seguintes precedentes:

"[...]

6. Os prazos processuais previstos na legislação pátria devem ser computados de maneira global e o reconhecimento da delonga injustificada deve-se pautar sempre pelos critérios da razoabilidade e da proporcionalidade (art. 5º, LXXVIII, da CF), considerando cada caso e suas particularidades.

7. Fica afastado, ao menos por ora, o suscitado excesso de prazo se a demanda tramita regularmente e o prognóstico para o término do feito, com data prevista para a realização da audiência de instrução, é de que seja em breve.

8. Ordem denegada."

(HC 530.341/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 14/10/2019)

"[...]

6. Não se verifica excesso de prazo na formação da culpa quando o processo segue regular tramitação, sendo que o maior prazo para o julgamento decorre da complexidade do feito, em que se apura a imputação a 3 réus da prática de tráfico e associação para o tráfico, em que foi necessária expedição de cartas precatórias para a oitiva de testemunhas para continuação da audiência de instrução e julgamento realizada em 12/11/2018. E, ainda, conforme verifica-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

no sítio eletrônico do Tribunal de origem, a audiência ainda não foi realizada por ausência das testemunhas, sendo designada para 10/10/2019. Não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, o qual tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

7. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 526.418/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2019, DJe 08/10/2019)

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator